

## Música, Movimento e Expressão Corporal no Ensino de Alunos com TEA: uma revisão bibliográfica com base na análise de conteúdo

### Comunicação

#### GTE 12 -

### Ensino de música, inclusão e anticapacitismo

Alex Barbosa de Lima

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)*

*alex.barbosa@ufms.br*

Ana Lúcia Iara Gaborim Moreira

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)*

*ana.gaborim@ufms.br*

**Resumo:** Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o uso da música, do movimento e da expressão corporal como recursos pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O objetivo principal é compreender como essas práticas têm sido abordadas em pesquisas acadêmicas e quais contribuições oferecem para o desenvolvimento integral de alunos com TEA no contexto da educação inclusiva. A pesquisa é de caráter qualitativo e fundamenta-se na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2020), aplicada à análise de teses, dissertações e documentos oficiais. Entre os marcos legais considerados estão a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Lei nº 12.764/2012, que reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência, assegurando seus direitos educacionais. Além disso, são discutidas as contribuições de autores como Louro (2017), Freire (2014), Batista (2021) e Blumer (2018), que evidenciam os impactos positivos da música e da expressão corporal no desenvolvimento comunicativo, motor, emocional e social desses estudantes. Os resultados reforçam que práticas pedagógicas interdisciplinares, sensíveis às singularidades do aluno autista, são essenciais para promover uma inclusão escolar efetiva, respeitosa e significativa.

**Palavras-chave:** Autismo e inclusão. Música na educação. Expressão corporal e movimento.

### Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por desafios na comunicação, na interação social e na flexibilidade comportamental. No ambiente escolar, essas particularidades exigem práticas pedagógicas

que respeitem a diversidade e promovam a inclusão de forma significativa. Entre as estratégias educacionais que têm se mostrado eficazes no processo de aprendizagem de alunos com TEA, destacam-se o uso da música, do movimento e da expressão corporal.

Essas linguagens oferecem possibilidades de desenvolvimento cognitivo, emocional e motor, favorecendo a ampliação das formas de comunicação e expressão dos estudantes. A música, por exemplo, estimula o reconhecimento de padrões sonoros, o controle da atenção e a regulação emocional. Já o movimento e a expressão corporal contribuem para a consciência corporal, o desenvolvimento da coordenação motora e a interação com o outro, aspectos fundamentais para o processo de inclusão escolar. Segundo De Lima (2023) “Vários coros infantojuvenis utilizam o movimento de forma lúdica em sua preparação vocal, considerando que o corpo é o instrumento por meio do qual o homem se comunica e se expressa” (De Lima, 2023, p. 44).

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo realizar uma breve revisão bibliográfica sobre o uso da música, do movimento e da expressão corporal como recursos pedagógicos no trabalho com alunos no espectro autista. A partir da análise de estudos em dissertações e documentos educacionais, busca-se compreender como essas práticas têm sido abordadas na literatura acadêmica, bem como seus impactos no desenvolvimento integral dos alunos com TEA. A proposta é oferecer uma base teórica que possa subsidiar práticas inclusivas e inovadoras no contexto educacional.

Para tanto, foi realizado um breve levantamento bibliográfico e a análise dos dados realizada a partir da técnica de Análise de conteúdo que é um conjunto de "instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. [...] É uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência” (Bardin, 2020, p. 11). Segundo Laurence Bardin (2020) enquanto esforço de interpretação:

a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de “desocultação”, responde a esta atitude de voyeur de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico. Analisar mensagens por esta dupla leitura onde uma segunda leitura

substitui a leitura “normal” do leigo, é ser agente duplo, detetive, espião (Bardin, 2020, p. 11).

Após todo desenvolvimento da pré-análise, é preciso tratar ou codificar o material. A codificação corresponde a uma “transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados em bruto do texto, transformação esta que por recorte, agregação e enumeração, que permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão” (id., p. 129). É nesse contexto que ocorre a descrição exata dos principais conteúdos das teses e dissertações e das anotações realizadas pelo pesquisador. A organização da codificação compreende três escolhas: “o recorte – escolha das unidades; a enumeração – escolha das regras de contagem; a classificação e a agregação – escolha das categorias” (ibid.).

## **Desenvolvimento Integral e Legislação Educacional**

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Essa diretriz constitucional fundamenta o princípio do desenvolvimento integral como um direito de todos os educandos, inclusive daqueles com deficiência, como os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, reforça esse direito ao prever, em seu artigo 4º, inciso III, a “atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1996). A LDB também trata da garantia de currículos e métodos adequados às necessidades dos alunos, promovendo uma abordagem que considera as particularidades de cada sujeito. De acordo com Silva Oliveira (2021, p. 29), “a LDB representa um marco legal que legitima a inclusão escolar como direito e como prática pedagógica democrática”.

Além da LDB, a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), amplia os direitos educacionais, assegurando que pessoas com deficiência “tenham assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como aprendizado ao longo da vida” (Brasil, 2015, art.

27). A lei também determina que as instituições educacionais devem adotar medidas de apoio individualizado para maximizar o desenvolvimento acadêmico e social do estudante com deficiência.

Especificamente para pessoas com TEA, a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, define o autista como pessoa com deficiência, garantindo-lhe todos os direitos correspondentes. Em seu artigo 2º, §1º, a legislação assegura o direito à educação e à inserção no ensino regular, com o suporte necessário ao seu pleno desenvolvimento. Segundo Almeida e Paiva (2020, p. 52), “a Lei 12.764/2012 representa um avanço significativo no reconhecimento legal das pessoas com TEA como sujeitos de direitos, principalmente no campo educacional”.

Outra diretriz fundamental é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que reforça a obrigatoriedade da matrícula de estudantes com deficiência nas classes comuns do ensino regular e destaca a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um complemento ao ensino comum. Essa política propõe a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, buscando garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os alunos (BRASIL, 2008).

Portanto, o arcabouço legal brasileiro sustenta o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência, inclusive com TEA, garantindo-lhes acesso ao currículo, metodologias adaptadas, recursos de apoio e o respeito à singularidade de seus processos de aprendizagem. Como reforça Mendes (2010) “a escola inclusiva não é apenas aquela que recebe todos, mas aquela que se compromete com o desenvolvimento de todos” (Mendes, 2010, p. 87).

## **Algumas Produções Acadêmicas Sobre Música, Movimento e Expressão Corporal no TEA**

A tese de Batista (2021), intitulada "Educação musical e autismo: análise da educação musical como recurso de inclusão social presente no programa Violino em Grupo em Belém do Pará", tem como objetivo geral analisar o impacto da prática coletiva de música na inclusão social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entre seus objetivos específicos, destacam-se investigar como a música pode contribuir para o desenvolvimento da disciplina

motora, da socialização e do engajamento dos alunos em atividades musicais grupais, buscando compreender os benefícios da expressão corporal e do movimento no contexto educacional.

É possível observar em Batista (2021) a música como recurso expressivo e de desenvolvimento em crianças com TEA. A música tem se revelado uma ferramenta potente para promover a inclusão e o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Através de práticas musicais, é possível estimular a atenção, a escuta ativa, o reconhecimento de emoções e a construção de vínculos sociais. Segundo Batista (2021), a participação de crianças autistas no programa *Violino em Grupo* demonstrou avanços significativos na socialização, na disciplina corporal e no engajamento com a atividade pedagógica. O autor destaca que a prática musical em conjunto estimula aspectos emocionais e cognitivos, contribuindo para a formação integral do aluno.

Blumer (2018), em sua dissertação "A educação musical aliada à clínica psicomotora e as construções simbólicas no trabalho com pessoas com transtorno do espectro autista (TEA)", propõe como objetivo geral investigar a relação entre educação musical e psicomotricidade no desenvolvimento global de indivíduos com TEA. Especificamente, busca compreender como a combinação dessas práticas pode favorecer a organização corporal, a construção simbólica e a expressão afetiva por meio do corpo em movimento, promovendo uma experiência sensível e integradora.

Um ponto de destaque apontado por Blumer (2018) é a integração entre música e psicomotricidade. A relação entre música e psicomotricidade permite que a criança com autismo desenvolva sua percepção corporal, seu equilíbrio e sua consciência de si mesma por meio da arte. Blumer (2018) argumenta que a educação musical, aliada à clínica psicomotora, estimula a construção simbólica e a organização corporal em pessoas com TEA. A autora aponta que o corpo em movimento, quando orientado por estímulos sonoros e rítmicos, torna-se um meio de expressão e integração subjetiva, potencializando o aprendizado e a autonomia dos alunos.

A dissertação de Freire (2014) intitulada *Musicoterapia improvisacional aplicada à comunicação pré-verbal de crianças com transtorno do espectro autista* investiga o uso da musicoterapia improvisacional como recurso para estimular a comunicação pré-verbal em

crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O estudo tem como objetivo principal analisar de que forma a improvisação musical pode favorecer a expressão corporal, os gestos e a interação social dessas crianças, que muitas vezes apresentam dificuldades na comunicação verbal convencional.

Freire (2014) destaca que "a improvisação musical permite uma via alternativa de expressão, na qual a criança pode manifestar sentimentos e estabelecer contato afetivo, mesmo diante de limitações verbais" (Freire, 2014, p. 45). Por meio de uma abordagem qualitativa, o autor realizou um estudo de caso que revelou como a improvisação musical atua como um canal sensorial para a manifestação expressiva e o engajamento social.

Assim, a pesquisa evidencia que a improvisação musical, por sua natureza espontânea e sensorial, "atua diretamente na promoção da comunicação não verbal, favorecendo a expressão corporal e a interação social em crianças com TEA, aspectos fundamentais para seu desenvolvimento integral e inclusão social" (Freire, 2014, p. 47).

Na tese de Gattino (2012), "Musicoterapia aplicada à avaliação da comunicação não verbal de crianças com transtornos do espectro autista: revisão sistemática e estudo de validação", o objetivo geral é avaliar a eficácia da musicoterapia como recurso para estimular a comunicação não verbal em crianças com TEA. Os objetivos específicos envolvem a realização de uma revisão sistemática da literatura para fundamentar o estudo e a validação de instrumentos musicais que possam auxiliar na identificação e potencialização da expressão gestual e corporal.

Gattino (2012) enfoca na musicoterapia e a comunicação não verbal. A comunicação não verbal é um dos principais desafios enfrentados por crianças com TEA, e a musicoterapia tem se mostrado um recurso eficaz nesse processo. Gattino (2012) realizou uma revisão sistemática sobre o uso da musicoterapia como instrumento de avaliação e intervenção da comunicação não verbal, demonstrando que sons, ritmos e gestos musicais podem ser utilizados como formas alternativas de expressão. Complementarmente, Freire (2014) investigou a aplicação da musicoterapia improvisacional em crianças autistas e observou avanços na comunicação pré-verbal, especialmente por meio da expressão corporal e do contato visual mediado por estímulos musicais.

Louro (2017), em sua tese "A educação musical unida à psicomotricidade como ferramenta para o desenvolvimento global de pessoas com transtorno do espectro autista", objetiva analisar a integração entre práticas musicais e psicomotoras no desenvolvimento motor, cognitivo e emocional de pessoas com TEA. Os objetivos específicos incluem a avaliação do impacto dessas práticas na percepção corporal, na regulação motora e no fortalecimento das relações interpessoais.

A música como prática educativa integradora tem se mostrado eficaz para estimular aspectos motores, emocionais e sociais de crianças com autismo. Louro (2017) enfatiza que a união entre práticas musicais e psicomotoras contribui para o desenvolvimento global dos alunos, fortalecendo o vínculo com o corpo, com o outro e com o meio. A autora defende que o trabalho pedagógico com música e movimento promove a ampliação das linguagens expressivas e favorece a autonomia e a autoestima dos educandos com TEA.

A dissertação de Martins (2023), Estratégias de acessibilidade no desenvolvimento de instrumentos musicais digitais para pessoas com transtorno do espectro autista, busca desenvolver e aplicar estratégias acessíveis para criação de instrumentos musicais digitais que atendam às necessidades específicas de pessoas com TEA. Entre seus objetivos está a análise da usabilidade e do impacto desses instrumentos na interação social, na expressão musical e na participação motora dos usuários.

O uso de tecnologias acessíveis, como instrumentos musicais digitais, também vem sendo explorado como alternativa para ampliar a participação de crianças autistas nas atividades musicais e expressivas. Martins (2023) desenvolveu estratégias de acessibilidade aplicadas à criação de instrumentos digitais, mostrando que a tecnologia pode favorecer a interação, a criatividade e a expressividade de pessoas com TEA. O estudo reforça que, ao respeitar as particularidades sensoriais e motoras do público-alvo, a tecnologia musical pode se tornar uma ponte entre o corpo, a música e o ambiente educativo.

Por fim, Oliveira (2015), em sua dissertação Avaliação do aprendizado musical de crianças com transtorno do espectro do autismo em aulas de percussão, tem como objetivo geral avaliar os efeitos do ensino de percussão no aprendizado musical de crianças com TEA. Entre os objetivos específicos, destaca-se a investigação dos benefícios do ritmo e do

movimento corporal para a coordenação motora, a atenção e a interação social durante as aulas de música.

O enfoque de Oliveira (2015) na Música e movimento, percussão como mediadora do desenvolvimento motor demonstra que a musicalização por meio de instrumentos de percussão favorece não apenas o desenvolvimento auditivo, mas também o motor e o cognitivo. Em sua pesquisa, Oliveira (2015) analisou o aprendizado musical de crianças com TEA em aulas de percussão e observou melhorias na coordenação motora, na percepção rítmica e na interação com os colegas. A autora conclui que a prática percussiva funciona como mediadora entre o som e o corpo, contribuindo para o desenvolvimento global da criança, com ganhos expressivos na postura, no foco e na autoconfiança.

A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível identificar uma série de produções acadêmicas que investigam o uso da música, do movimento e da expressão corporal no processo educativo de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Dentre essas produções, destacam-se teses e dissertações que abordam diferentes abordagens metodológicas e contextos educacionais, evidenciando o potencial dessas práticas na promoção da inclusão, da comunicação e do desenvolvimento integral.

Para fins de sistematização e análise, elaborou-se a tabela a seguir, que resume sete trabalhos acadêmicos, com a indicação do autor, tipo de pesquisa, título e a principal contribuição de cada estudo. Essa organização favorece uma leitura crítica e comparativa das abordagens adotadas, bem como a identificação de aspectos comuns entre as práticas analisadas, como a valorização do corpo, da musicalidade e da sensorialidade no processo pedagógico com alunos com TEA.

**Autor, Tipo de Pesquisa e Contribuições da Música, Movimento e Expressão Corporal no TEA**

Autor (Ano)	Tipo de Pesquisa	Título	Contribuição Principal
Batista (2021)	Tese	Educação musical e autismo: análise da educação musical como recurso de inclusão social presente no programa Violino em Grupo em Belém do Pará	Mostra como a prática coletiva do violino favorece a socialização, a disciplina corporal e o engajamento de crianças com TEA.
Blumer (2018)	Dissertação	A educação musical aliada à clínica psicomotora e as construções simbólicas no trabalho com pessoas com transtorno do espectro autista (TEA)	Integra música e psicomotricidade, promovendo organização corporal e expressão

			simbólica em sujeitos com autismo.
Freire (2014)	Dissertação	Musicoterapia improvisacional aplicada à comunicação pré-verbal de crianças com transtorno do espectro autista	Mostra como a improvisação musical estimula a comunicação não verbal e a expressão corporal em crianças autistas.
Gattino (2012)	Tese	Musicoterapia aplicada à avaliação da comunicação não verbal de crianças com transtornos do espectro autista: revisão sistemática e estudo de validação	Utiliza a musicoterapia para avaliar e estimular a comunicação corporal e gestual de crianças com autismo.
Louro (2017)	Tese	A educação musical unida à psicomotricidade como ferramenta para o desenvolvimento global de pessoas com Transtorno do Espectro Autista	Defende a integração entre música e movimento corporal para o desenvolvimento motor, emocional e social de pessoas com autismo.
Martins (2023)	Dissertação	Estratégias de acessibilidade no desenvolvimento de instrumentos musicais digitais para pessoas com transtorno do espectro autista	Apresenta tecnologias musicais acessíveis como ferramentas de expressão e interação para pessoas com autismo.
Oliveira (2015)	Dissertação	Avaliação do aprendizado musical de crianças com transtorno do espectro do autismo em aulas de percussão	Destaca a percussão como instrumento de estímulo à coordenação motora, ritmo e expressão corporal em alunos com TEA.

Tabela 1 – Elaboração do Autor (2025)

A leitura atenta dos estudos apresentados na tabela demonstra que a música e o movimento não são apenas complementos ao processo de aprendizagem, mas elementos centrais na estruturação de práticas pedagógicas inclusivas. As contribuições apontadas destacam avanços significativos na comunicação não verbal, na autonomia, na socialização e no fortalecimento da autoestima dos estudantes com autismo. Trabalhos como os de Freire (2014) e Gattino (2012) enfatizam a musicoterapia como estratégia de expressão e linguagem alternativa, enquanto autores como Louro (2017) e Blumer (2018) evidenciam o papel do corpo e do ritmo como pontes para o desenvolvimento afetivo e cognitivo.

Além disso, percebe-se que a produção acadêmica sobre o tema vem ampliando seu escopo, incorporando aspectos como o uso de tecnologias assistivas apresentado por Martins (2023), a valorização de experiências coletivas e artísticas, como no estudo de Batista (2021). Assim, a tabela sintetiza uma base teórica consistente para a formulação de práticas pedagógicas mais sensíveis, integradas e inovadoras, reafirmando a importância da arte

musical e do movimento como caminhos legítimos para a inclusão e o desenvolvimento de alunos com TEA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão bibliográfica evidenciou que a utilização da música, do movimento e da expressão corporal como práticas pedagógicas voltadas a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) contribui significativamente para o seu desenvolvimento integral. As pesquisas analisadas demonstram que essas linguagens expressivas atuam como ferramentas de mediação entre o sujeito e o meio, favorecendo o engajamento afetivo, a comunicação não verbal, a consciência corporal, a socialização e o aprimoramento das funções cognitivas e motoras.

A análise das teses e dissertações consultadas revelou uma convergência em torno da importância da abordagem interdisciplinar e sensível às necessidades específicas dos alunos com TEA. Trabalhos como os de Batista (2021), Freire (2014), Louro (2017), Oliveira (2015), entre outros, confirmam que práticas musicais e corporais bem conduzidas ampliam as possibilidades de participação e aprendizagem desses estudantes no contexto escolar, tornando a inclusão mais efetiva e respeitosa.

Do ponto de vista legal, o Brasil conta com um sólido arcabouço normativo que respalda o direito à educação inclusiva, conforme preveem a Constituição Federal, a LDB, a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. Essas legislações asseguram não apenas o acesso, mas também o desenvolvimento pleno dos estudantes, com ênfase na personalização do ensino e na eliminação de barreiras pedagógicas.

Além disso, o uso da análise de conteúdo como metodologia permitiu uma interpretação aprofundada dos discursos presentes nas produções acadêmicas, destacando os sentidos simbólicos atribuídos às práticas pedagógicas musicais e corporais no trabalho com alunos autistas. Esse método proporcionou uma leitura crítica e sensível das contribuições das pesquisas, evidenciando não apenas os resultados observados, mas também as possibilidades de inovação educacional.

Dessa forma, conclui-se que a integração entre música, movimento e expressão corporal no contexto educacional do TEA não é apenas uma estratégia metodológica, mas uma potente via de inclusão, humanização e valorização da diversidade. A formação docente, a escuta ativa e o investimento em práticas acessíveis e significativas são condições fundamentais para que esses recursos sejam efetivamente incorporados às rotinas escolares. Espera-se que este trabalho possa subsidiar futuras ações pedagógicas e pesquisas voltadas à promoção de uma escola mais inclusiva, sensível e comprometida com o desenvolvimento de todos.

## Referências

ALMEIDA, Janaina Maria de; PAIVA, Eliane Aparecida da Costa. Educação inclusiva e os direitos da pessoa com TEA: uma análise da Lei 12.764/2012. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 9, n. 2, p. 48-57, 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Retos, Augusto Pinheiro. Lisboa: Almedina, 2020 [1977].

BATISTA, Antônio de Pádua Araújo. *Educação musical e autismo: análise da educação musical como recurso de inclusão social presente no programa Violino em Grupo em Belém do Pará*. 2021. Tese (Doutorado em Artes) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/14005>. Acesso em: jun. 2025.

BLUMER, Caroline Delazaro. *A educação musical aliada à clínica psicomotora e as construções simbólicas no trabalho com pessoas com transtorno do espectro autista (TEA)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1634757>. Acesso em: jun. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. *Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015.

DE LIMA, Alex Barbosa. *Movimento e expressão corporal na preparação vocal do coro infantil*. Campo Grande, 2023. 285f. Dissertação (Mestrado em artes). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

FREIRE, Marcelo Henrique. *Musicoterapia improvisacional aplicada à comunicação pré-verbal de crianças com transtorno do espectro autista*. 2014. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/105051>. Acesso em: jun. 2025.

GATTINO, Gustavo. *Musicoterapia aplicada à avaliação da comunicação não verbal de crianças com transtornos do espectro autista: revisão sistemática e estudo de validação*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/56552>. Acesso em: jun. 2025.

LOURO, Viviane. *A educação musical unida à psicomotricidade como ferramenta para o desenvolvimento global de pessoas com Transtorno do Espectro Autista*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/48715>. Acesso em: jun. 2025.

MARTINS, Letícia Bernardo E. de O. *Estratégias de acessibilidade no desenvolvimento de instrumentos musicais digitais para pessoas com transtorno do espectro autista*. 2023. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES\\_8acb3c5c06c8265e53791bbec59d299f](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_8acb3c5c06c8265e53791bbec59d299f). Acesso em: jun. 2025.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *Educação inclusiva: construindo um conceito*. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 23, n. 37, p. 75-90, 2010.

OLIVEIRA, Gláucia Freire de. *Avaliação do aprendizado musical de crianças com transtorno do espectro do autismo em aulas de percussão*. 2015. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9983>. Acesso em: jun. 2025.

SILVA OLIVEIRA, Lilian Lopes da. *Inclusão escolar: fundamentos e práticas na educação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2021.